

Ata da Tricentesima Septagésima Sessão Ordinária do  
Conselho Municipal de Saúde - COMUSIA - Pápi - SC, realizada  
no dia dezesseis de abril de 2018, no auditório da  
Secretaria Municipal de Educação, sito à Avenida Alameda  
João Franco, 3855 - Itacorubi, com início às 19:25 horas.  
Tendo como pauta única: discussão e votação do  
parecer da Comissão Permanente de Acompanhamento  
Orçamentário e Financeiro sobre as contas do Fundo  
Municipal de Saúde de Pápi referente ao ano de 2017.  
Após conferência do corpo qualificado, o presidente do  
COMUSIA deu por iniciada a reunião, fez a leitura do  
documento de convocação para esta assembleia, em seguida  
fez a conferência do corpo qualificado, onde 18 conselheiros  
estão presentes. Após fazer a palavra ao presidente, disse,  
ao secretário da Comissão de Orçamento e Financeiro do  
Fundo Municipal de Saúde do COMUSIA, Sr. Edmar. De  
uma explicação sobre os itens considerados que devem  
a seguir de acordo com a legislação vigente, conforme  
os itens que se apresentam: 1) Legislação Orçamentária;  
segundo a análise pela Comissão, houve erro na  
elaboração da PLO e LPO, onde não estão <sup>de acordo</sup> ~~disponíveis~~  
os dados. <sup>de acordo</sup> ~~disponíveis~~ mil reais. <sup>de acordo</sup> ~~disponíveis~~ R. <sup>de acordo</sup> ~~disponíveis~~

de informações detalhadas por blocos de investimentos,<sup>6</sup> quando  
erros de lançamento orçamentário nos diversos blocos.

O relatório aponta ainda que os mesmos erros ocorridos  
no ano de 2016 ocorreram em 2017, apesar do Conselho  
Municipal de Saúde ter informado ao gestor municipal.

2) Em relação ao plano plurianual anual de saúde de  
2014 a 2017, sendo este a base orçamentária do município,  
mas não foram objeto de monitoração de ajustes na

legislação orçamentária. 3) Transparência das contas públicas,  
a comissão identifica dificuldades na busca de informações,  
pois, o portal da transparência não possui um link

que liga a interação entre os sistemas. Além dessa  
dificuldade, os questionamentos elaborados pela comissão ao  
gestor municipal, através de ofícios encaminhados com

antecedência, não foram de acordo com as necessidades  
da comissão para continuação de forma mais objetiva  
na análise. 4) Sobre a execução orçamentária, a comissão

observa que houve erro de cálculo em relação ao  
percentual de investimento, onde o relatório aponta 23%  
e pelos valores apresentados, na verdade são na ordem

de 21%. Outro aspecto a considerar que houve  
investimento do FMS no nível municipal, porém, pela  
legislação vigente, investimento em municípios não é

investimento em saúde. Outra irregularidade identificada  
é em relação a portaria 204/2007, onde houve pagamento  
por serviços não realizados, ou seja, em

comissão, declarados em blocos não pertencente a saúde.  
5) Pagamento de salários e vencimentos: a comissão ficou  
preocupada nesta análise, pois, o gestor não enviava

as informações solicitadas, através de ofícios. As informações  
obtidas foram através de alguns empurros pessoais, onde  
muitos blocos estão declarados de forma equivocada,

onde despesas declaradas por exemplo em alguns  
lotes são do bloco de mobiliário e não de saúde. A comissão  
de

Dr. Maria Milena  
Bodisco

2017



confirme o relatório apontando, que são diversos erros, sendo aqui apenas dado os exemplos. No item pagamento de dívidas, as informações disponíveis nos mostram os empenhos em vários erros. (6) Diferenças de despesas comparando os anos 2016 e 2017, sendo identificados alguns itens que chamaram atenção: combustível houve 365,37% a mais em 2017, gêneros alimentícios 93,34% a mais, vigilância em saúde foi utilizado recurso federal para despesa de combustível, material de limpeza e produtos de higiene pessoal houve 151,92% a mais. (7) Restos a pagar está em desacordo com a legislação vigente que não permite o pagamento de despesas de um ano para outro.

(8) Repasse de recursos públicos, de acordo com a Lei 8080 e a resolução 453 de 2012, sendo possível de ser executada se houver aprovação do Conselho Municipal de Saúde. Em 2017 houve repasse para o HMRH no valor de 04 parcelas de 400 mil reais, sem aprovação do Conselho Municipal de Saúde. (9) Relatório de Gestão: muito simplificado, poucas informações detalhadas, além da política de contingenciamento que não esclarecem onde foram realizados investimentos. (10) Conclusão da comissão sobre a análise das contas do fundo municipal de saúde de 2017. Antes disso, houve espaço aberto ao plano para debate: o presidente do Conselho fez uma exposição sobre os comitês de "transparência" e alertou sobre as dificuldades que é para controle serial no momento atual e parabenizou a comissão pelo esforço em trazer as informações mais reais possíveis. O conselho ainda quer saber sobre o envio dos recursos financeiros que poderiam ser liberados na atual situação. A comissão não fez este mapeamento com exatidão. O Relato, relatou que este orçamento 2017 não é o H (N). Celso Milene



Melina Graham, Henrique Augusto Peligosa Rafael de Maximino  
Milene R. de Silva, Thiago Luiz de Jesus

~~Rodrigo & Campesinato~~ ~~João A. Affonso~~ ~~Regalado~~